

<http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2020.16.5-6>

Apresentação

No momento em que escrevo esta apresentação, no dia 23 de novembro de 2020, o Brasil encontra-se no epicentro mundial da pandemia da Covid-19 e já registrou a morte de 170 mil pessoas. Infelizmente o cenário é bastante grave e os números tendem a ser cada vez mais alarmantes. Para além dessa crise sanitária o país terá de enfrentar a pior crise econômica de sua história, que deixará milhões de pessoas sem emprego e sem muita perspectiva de futuro, quadro que é agravado quando se trata da população mais vulnerável socialmente.

Enquanto isso nosso presidente da República e seu governo têm uma forma muito particular de interpretar a realidade dolorosa que afeta nosso país, que é construindo a sua própria versão da realidade. Fatos históricos, ciência, estatísticas, para esse governo, não comunicam nada para além do que lhe agrada ideologicamente. Negacionismo e revisionismo são defesas correntes desse governo e de seus apoiadores. Há uma perversidade nessa forma de agir e um autoritarismo escancarado. Nega-se a pandemia, nega-se a ditadura, nega-se os direitos humanos. Mais do que isso: nega-se a morte. O governo é indiferente a ela. Os milhares de brasileiros mortos não sensibilizaram o chefe na Nação até hoje. Seu discurso naturaliza a morte, a torna desimportante como acontecimento social. Bolsonaro se desresponsabiliza pela vida dos brasileiros quando encara a morte unicamente como evento biológico. A morte como um acontecimento social e público evitável o presidente não consegue acessar e por isso a vida dessas pessoas não lhe faz sentido. Para quem defende tortura e torturadores, armas como política pública, não é de estranhar tal posição.

No combate à Covid-19, por exemplo, o governo posicionou-se contra as orientações da OMS, negou todas as evidências e pesquisas médicas e, justamente por discordar da Medicina, no momento mais grave da pandemia estivemos sem ministro da Saúde. O nosso ministro, que ficou interino durante meses, é um militar sem formação médica. O governo nega a ciência. Não aceita a Medicina, por isso não consegue um médico para ser ministério da Saúde. O presidente e seus apoiadores chegaram a defender um medicamento (a famosa cloroquina) para o combate da Covid-19 sem nenhuma comprovação científica. Inclusive a notícia positiva de que estamos próximos de uma vacina para o início de 2021 foi motivo de disputas políticas nesse governo. Chegamos ao quadro dramático que transforma opiniões, verdades inventadas, em algo mais importante que o conhecimento.

Para o governo a economia é mais importante que o combate à doença. Talvez por que as vítimas sejam pessoas mais velhas e com comorbidades e que as infectadas em maior número residam em áreas mais vulneráveis e usem diariamente o transporte público lotado para ir trabalhar. Será que idosos, doentes e mais pobres são vidas que não merecem ser vividas plenamente? O governo não se interessa por essas vidas? Ao banalizar a morte dessas pessoas o presidente assume uma posição quase darwinista de sobrevivência, para não dizer eugênica.

Esse governo exalta o regime militar, estimula atos públicos contra os demais poderes, enaltece torturadores e critica abertamente quem defende os direitos humanos. Destaca em alto e bom som que governa para majorias, em nome delas e somente para elas. Apela, por isso, para narrativas homogeneizadoras como Deus, pátria, família e homens de bem. Elege inimigos o tempo todo e faz da tensão com os demais poderes uma forma de seu agir político. Sua tendência de ameaçar os outros poderes e de impor sua própria realidade como protagonista histórica deixa evidente que o governo despreza as potenciali-

dades dialogais inerentes aos conflitos gestados democraticamente. Simplesmente não aceita divergências. Em palavras bem objetivas: o governo do presidente Bolsonaro não é um grande apreciador das formas democráticas de condução da República.

O Brasil precisa dar-se conta dos riscos que a democracia brasileira enfrenta. Ela está sendo ameaçada em tempo de normalidade democrática. O ódio, o medo, o fundamentalismo, crescem num momento em que cada um constrói a realidade a sua maneira. A virtualização do mundo público e da vida íntima acelerou esse fenômeno. A democracia precisa de uma realidade comum sobre a qual se possa estabelecer uma discussão intersubjetiva. Narrativas de ordem, de segurança, de autoridade, de religiosidade, surgem como mecanismos de segurança numa sociedade fragmentada e sujeitos erodidos. A virtualização da vida afetou nossas subjetividades e de modo muito especial a forma de funcionamento da nossa democracia. Para se ler e interpretar bem o Brasil, teremos de compreender, para além das ruas, as redes. Elas estão sendo a própria realidade. Negam, mudam, inventam, tudo a critério de quem nelas atua e influencia. Elege prioridades pessoais, elegem e derrubam políticos. Precisamos que a realidade da ciência, da cultura, da História, ocupe seu lugar. Não deixemos esse governo moldar a realidade a sua maneira. Um governo que nega a morte, a Medicina, a História, os direitos humanos, pode muito bem negar a democracia. Estejamos alertas. Os textos que compõem mais um número de nossa Revista têm compromisso declarado com os direitos humanos e o projeto democrático de nosso país.

Doglas Cesar Lucas
Editor